

## Trabalho, Incerteza e Risco na Sociedade Contemporânea

José G. Grosso de Oliveira

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia

**RESUMO:** O trabalho, categoria chave da modernidade, atravessa hoje uma crise notória, que está associada ao enfraquecimento da própria ideia de sociedade. O paradigma a partir do qual se procura compreender o mundo actual deixou de se apoiar em categorias sociais e deslocou-se para a esfera cultural. Os novos riscos, endógenos, “sistémicos”, que no seu percurso devastador parecem não encontrar qualquer resistência significativa, abalam as principais instituições da sociedade. Na sociedade contemporânea, caracterizada pelo fim das certezas, o indivíduo está muito mais entregue a si próprio do que nas sociedades precedentes. Numa sociedade em que as técnicas de consumo e de comunicação assumem maior preponderância do que as técnicas de produção, o indivíduo procura afirmar-se como sujeito, isto é, actor livre, capaz de assumir o controlo e a gestão da sua existência.

**PALAVRAS-CHAVE:** ideologia do trabalho, risco, mobilidade, participação.

**ABSTRACT:** The work, key category of modernity, finds itself in a striking crisis, which is associated with weakening of the very idea of society. The paradigm from which it seeks to understand the world today no longer rely on social categories and moved to the cultural sphere. New risks, endogenous, “systemic”, which in its devastating path do not seem to find any significant resistance, undermine the main institutions of society. In contemporary society, characterized by the end of certainty, the individual is much more to itself than in previous societies. In a society where the techniques of consumption and communication are of greater weight than the production techniques, the individual asserts itself as a subject, that is, free player, able to take control and management of their existence.

**KEYWORDS:** ideology of work, risk, mobility, participation.

“...Aquilo a que chamamos Cisne Negro é um acontecimento que reúne os três atributos que passo a explicar. Primeiro: é atípico ,encontra-se fora das nossas expectativas normais, porque nada do que tenha ocorrido no passado pode apontar, de forma credível, para essa possibilidade. Segundo: reveste-se de um enorme impacto. Terceiro: apesar do seu carácter desgarrado, a natureza humana faz com que construamos explicações para a sua ocorrência depois de o facto ter lugar, tornando-o compreensível e previsível...”

(Taleb, 2008:15)

## Introdução

Este texto foi elaborado a partir da comunicação intitulada *Trabalho, Risco e Participação na Sociedade da Informação*, apresentada no XIII Encontro SIOT, realizado em 12 e 13 de Maio de 2009 ,na Fundação Calouste Gulbenkian, e resultou da reflexão efectuada sobre o tema proposto aos participantes: *Viver o Trabalho, Estratégias e Políticas de Mobilidade Positiva*.

A situação económica e social em Portugal tem-se degradado continuamente desde a data da realização do Encontro SIOT. A conjuntura política actual acompanha e reforça essa degradação. A acentuação progressiva da crise torna rapidamente obsoletos quaisquer elementos estatísticos que se utilizem, pelo que se optou por não proceder à actualização dos dados inseridos no ponto 3.

O texto está dividido em três partes. Na primeira parte constata-se a existência de uma crise da ideologia do trabalho, associada à perda da centralidade cultural do trabalho, que se acentua quando se transita da sociedade industrial para a sociedade pós-industrial. Na segunda parte alude-se à problemática dos novos riscos, endógenos, riscos perversos decorrentes do desenvolvimento económico, científico e tecnológico. Na esfera do trabalho e do emprego os riscos têm sido exacerbados pela recente crise financeira, económica e social e pela tendência para a “retirada” do Estado de áreas antes incluídas no campo do serviço público. A crise manifesta-se também ao nível político, designadamente no que diz respeito às relações entre representantes e representados. As novas tecnologias de informação e comunicação contribuem para a mediatização da política, mas podem também abrir novas oportunidades de participação aos cidadãos. A terceira e última parte do texto aborda, além do tema do défice do político, o papel que a posse de recursos como o saber e o conhecimento pode desempenhar na prossecução de uma “mobilidade positiva”.

## 1. O trabalho ainda é uma categoria sociológica chave?

O que hoje chamamos “trabalho” é uma invenção da modernidade. A característica essencial do trabalho no sentido contemporâneo do termo é a de ser uma actividade exercida na esfera pública, a que se reconhece utilidade, sendo, a esse título, remunerada. É através do trabalho remunerado e, particularmente, através do trabalho assalariado que nos inserimos na esfera pública e adquirimos uma identidade social. A sociedade industrial define-se como uma “sociedade de trabalhadores”, justamente porque o trabalho remunerado tem sido nela o factor mais importante de socialização.

O trabalho necessário à subsistência era mais um princípio de exclusão do que um factor de integração social: aqueles que o executavam eram considerados inferiores nas sociedades pré-modernas, pertencendo ao reino natural e não ao reino humano. O trabalho necessário à satisfação das actividades vitais era, na Antiguidade, uma ocupação servil, indigna dos cidadãos, reservada às mulheres e aos escravos. Na sociedade capitalista o trabalho é realizado na esfera pública, ao passo que no mundo antigo está confinado ao domínio privado. Na cidade antiga a liberdade começa no exterior da esfera económica, privada, da família; a esfera da liberdade releva do público, da *polis*, que congrega “iguais”, enquanto que na família impera a desigualdade. A esfera privada, a da família, confunde-se com a da necessidade económica e do trabalho; a esfera pública, política, correspondente à da liberdade, exclui rigorosamente do seu domínio as actividades necessárias ou úteis.

Hannah Arendt, na obra *A Condição Humana*, em que analisa a forma como historicamente se constituíram as esferas pública e privada, engloba na expressão *vita activa* três actividades humanas fundamentais: labor, trabalho e acção. O trabalho é, segundo ela, a actividade correspondente ao artificialismo da existência humana; o trabalho produz um mundo “artificial” de coisas, nitidamente diferente de qualquer ambiente natural.

A ideia contemporânea de trabalho só começa a aparecer com o capitalismo manufactureiro. Até ao século XVIII o termo trabalho designava a pena, o sofrimento, dos servos e dos jornaleiros que produziam quer os bens de consumo, quer os serviços necessários à vida, que tinham de ser renovados diariamente. Os artesãos fabricavam objectos duráveis, acumuláveis, e não “trabalhavam” propriamente, mas produziam “obras”, utilizando, eventualmente, nas tarefas mais rudimentares, o trabalho de mão-de-obra não qualificada. Somente os jornaleiros e a mão-de-obra não qualificada recebiam um pagamento pelo trabalho que executavam. A “obra” dos artesãos era paga de acordo com tabelas fixadas pelas corporações e guildas, que controlavam ferreamente a concorrência e as inovações.

A racionalização económica do trabalho foi, de longe, a tarefa mais difícil que o capitalismo industrial realizou. Para tornar calculável o custo do trabalho era necessário tornar também calculável o seu rendimento, poder medi-lo nele mesmo como algo independente separado do trabalhador e das suas motivações, isto é, considerá-lo uma grandeza material quantificável. O trabalhador devia inserir-se no processo de produção despojado da sua personalidade e da sua singularidade, dos seus objectivos e desejos, tornando-se simples força de trabalho intermutável e comparável com qualquer outra, ao serviço de fins que lhe são estranhos. A organização científica do trabalho representa o esforço constante de separar o trabalho, enquanto categoria económica quantificável, da pessoa do trabalhador. A racionalização económica do trabalho não consistiu apenas em tornar mais metódicas e melhor adaptadas aos objectivos por ela visados as actividades produtivas pré-existentes. Ela constituiu uma autêntica revolução, subvertendo o modo de vida, os valores e as relações sociais pre-valetentes. A actividade produtiva separou-se do seu sentido, motivações e objecto para se tornar simples meio de receber um salário, “de ganhar a vida”; o trabalho, os meios de trabalho e os produtos do trabalho transformaram-se em realidades separadas do trabalhador, dependendo de decisões que lhe são estranhas.

O trabalho, princípio sobre o qual a modernidade historicamente se edificou, parece atravessar uma crise, que tem sido analisada de várias formas. O que se discute é, fundamentalmente, saber se a posição central do trabalho, como princípio em torno do qual se organiza a vida social, se mantém, ou se, pelo contrário, o trabalho tende a ser suplantado por outros valores.

A relação com o trabalho caracteriza-se pela ambivalência: o trabalho é indispensável, é ele que confere um sentido ao tempo livre e à vida, mas, ao mesmo tempo, o trabalho restringe os tempos livres, impede a fruição plena da vida. O trabalho estrutura o tempo e o espaço, é um meio de lutar contra a monotonia da vida, uma forma de preencher o tempo. Frequentemente, porém, não é o trabalho, como valor ético, que exerce atracção, mas sim a sua função instrumental, mediação indispensável para se alcançarem objectivos exteriores.

As representações do trabalho variam consoante o sistema de trabalho, qualificação e sexo. Ao nível do conteúdo da actividade profissional, mesmo quando o trabalho é monótono e fragmentado, existe um mínimo de implicação, que representa a forma de adaptação menos traumatizante, utilizando-se a autonomia de que se dispõe para restituir uma lógica e uma qualidade à intervenção no processo de trabalho. Esta actividade de implicação por parte dos trabalhadores coexiste com condutas de rejeição e de fuga das condições de trabalho que lhes são impostas.

Existe, actualmente, uma grande heterogeneidade empírica do trabalho. As teses

de Marx relativas ao pauperismo, ao nivelamento e à uniformização do mundo operário parecem cada vez mais afastadas da realidade. O trabalho tende a tornar-se abstracto e passa a ser cada vez mais considerado como mera categoria descritiva, estatística, perdendo as características de categoria analítica e interpretativa. A sociedade pós-industrial define-se, designadamente, pela terciarização e pelo declínio do trabalho industrial. Existem diferenças acentuadas entre o trabalho industrial e o trabalho nos serviços. Este é de tipo “reflexivo”, sendo a racionalidade técnica do trabalho industrial substituída por qualidades como a competência interactiva, a consciência da responsabilidade e a empatia.

A perda de centralidade do trabalho e o declínio do seu valor ético devem-se a vários factores como a erosão da religião e de tradições culturais seculares, o crescimento de um hedonismo consumista, o fraco grau de participação dos trabalhadores e o decréscimo do reconhecimento social atribuído ao trabalho, a precariedade e a descontinuidade na vida de trabalho e a diminuição da capacidade de absorção do mercado de trabalho.

Entre o trabalho e a empresa a relação como que se inverteu. Em certa medida, em vez de ser a simples reunião de actividades produtivas, é a empresa que imprime a uma actividade o estatuto de trabalho. O desenvolvimento conjunto da empresa e dos trabalhadores só abrange, porém, infelizmente, uma minoria privilegiada de assalariados, os que ocupam uma posição central e são considerados indispensáveis. Para a maioria dos assalariados os projectos de desenvolvimento pessoal correm o risco de entrar em contradição com a rendibilidade das empresas.

A “civilização do lazer” marca passo. O trabalho, tornado raro, relativiza as representações negativas, pelo menos na forma como elas se exprimiram em períodos de crescimento económico e de pleno emprego. O aumento rápido e contínuo da taxa de desemprego, em vários países europeus, condiciona fortemente as atitudes face ao trabalho, em particular as dos jovens. A globalização económica, a introdução de novas tecnologias de informação e a automatização crescente de certos sectores da produção transformam as relações do homem com o trabalho, o salariado e a empresa. A contestação que acompanhava a sociedade de consumo modifica-se e as representações sociais do trabalho alteram-se.

A velocidade com que mudam as atitudes e os comportamentos dos trabalhadores não é a mesma da mudança ocorrida nas condições e nos conteúdos do trabalho. As expectativas dos trabalhadores parecem mudar mais rapidamente do que as suas condições de trabalho.

As representações do trabalho são muito diversificadas. O trabalho pode assumir vários significados. A ideia da centralidade do trabalho é intrínseca a uma concepção

organicista da sociedade e das suas regras de funcionamento. Existe uma crise do trabalho, mas essa crise é a da sua centralidade cultural. Não é o trabalho em si que chega ao seu termo, mas uma ideologia produtivista, que subordina toda a vida à actividade produtiva, que, iniludivelmente, se esgota.

O que sobressai no fenómeno do trabalho é uma constelação de valores, atitudes, representações individuais e colectivas e de estratégias e comportamentos em que o velho e o novo, o dominante e o minoritário, parecem conviver numa multiplicidade de formas de equilíbrio e de combinações. As culturas do trabalho são culturas compostas que surgem de constelações de valores, representações e significados que convivem e se combinam de diferentes formas, raramente todas juntas nos mesmos sujeitos individuais.

A relativa integração operada pelo trabalho na sociedade industrial parece agora posta em causa. Certos elementos antes ligados por um laço institucional estável parecem agora separar-se. Os critérios relativos à produção da riqueza e os que se reportam à sua distribuição, certos princípios das políticas públicas e o papel motor do trabalho, a identidade centrada no trabalho e a emergência de novas dimensões identitárias parece perderem a relativa coesão que as unia. As articulações em que assentava a sociedade industrial não são substituídas por nenhuma representação de conjunto nem por nenhum compromisso institucional coerente e global. Não vivemos uma situação de “fim do trabalho”, mas o trabalho já não parece ser o princípio civilizacional indiscutível, hegemónico e federador das sociedades contemporâneas.

A crise da ideia de trabalho ou, pelo menos, a crise de uma certa ideologia do trabalho, está relacionada com a erosão da sociedade industrial e, em última análise, com o declínio do modelo sociológico “clássico”, baseado na ideia de sociedade. A emergência de novas formas de dominação transforma as relações de classe, enfraquecendo o poder “central” da burguesia industrial. Os elementos constitutivos da acção de classe, que permaneciam relativamente unidos, fragmentam-se, dando lugar a uma experiência social em que os indivíduos se sentem dispersos, separados de si mesmos, devido à pluralidade das lógicas de acção em que se situam. Nestas circunstâncias, os indivíduos têm de construir a unidade da sua experiência numa sociedade “descentrada”, que já não se apresenta como um sistema unificado a partir de um núcleo central representado pelas relações de produção.

## **2. Riscos, desigualdades e (falta de) respeito**

Se evocamos aqui algumas transformações ocorridas na esfera produtiva, na transição da modernidade para a pós-modernidade, ou para a radicalização das tendências da modernidade, e o declínio da ideologia do trabalho, é para salientar, em seguida,

que tais transformações se aprofundaram e a perda de centralidade do trabalho se acentuou nos anos mais recentes.

A crise da sociedade industrial é acompanhada da emergência de um novo tipo de sociedade, que tem sido objecto de várias designações, sendo a de sociedade pós-industrial a mais frequentemente utilizada. A “nova sociedade” que desponta tem sido analisada segundo várias perspectivas: “sociedade do saber”, para P. Drucker; sociedade em que se destaca o “analista-simbólico”, como tipo profissional dominante, para R. Reich; sociedade onde emerge a classe dos “profissionais” e se patenteiam as “contradições culturais do capitalismo”, para D. Bell; “sociedade programada” e dos “novos conflitos sociais”, para A. Touraine, “sociedade em rede” e “modo de desenvolvimento informacional”, para M. Castells. Duas ideias fundamentais parecem encontrar eco em todas estas análises: o trabalho industrial deixou de ser o principal elo estruturador das relações sociais e os actores sociais mais relevantes já não se encontram na esfera da produção.

Enquanto o movimento operário enfraquece emergem *novos movimentos sociais*. A base social das novas contestações culturais surgidas nos anos 1970 é constituída, sobretudo, pela pequena burguesia. As principais classes da sociedade capitalista são justamente aquelas onde os novos movimentos sociais parecem encontrar maiores dificuldades de penetração.

Os movimentos dos anos 1970 eram caracterizados pela sua dimensão cultural. Para além das suas diferentes classificações, eram os agentes de uma importante mudança cultural : a passagem dos valores industriais para os pós-industriais. Sem perderem essa dimensão cultural, os movimentos surgidos nos anos 1980 são, em contraste, caracterizados pela sua dimensão ética. Não apelam para uma sensibilidade alternativa e para o interesse colectivo, mas para a responsabilidade pessoal por um futuro colectivo, a um nível local, nacional e planetário.

Nos anos mais recentes acentuou-se a perda de predominância da componente operária no movimento sindical e, mais genericamente, prosseguiu a tendência no sentido da classe social deixar de ser o determinante principal do conflito político.

A perda de centralidade das categorias sociais é tão radicalmente nova que torna difícil renunciar às análises sociológicas a que estávamos habituados. A. Touraine salienta que, como as categorias culturais estão a substituir as categorias sociais, importa que, para a análise da realidade social, se utilize agora um paradigma cultural. O paradigma cultural substitui o social assim como este tomou o lugar do paradigma político. No período dominado pelo paradigma social foi a luta pelos direitos sociais e, em particular, a luta pelos direitos dos trabalhadores, que esteve no centro da vida social e política. Hoje, o paradigma cultural coloca em primeiro plano a reivindica-

ção de direitos culturais. Tais direitos exprimem-se sempre pela defesa de atributos particulares, mas conferem a essa defesa um sentido universal. (A. Touraine, 2005).

Como referimos anteriormente, na transição da sociedade industrial para a sociedade informacional, verifica-se o aprofundamento das transformações que, nas últimas décadas, já vinham ocorrendo em várias esferas da vida económica, política, social e cultural, designadamente: desregulação dos mercados, aumento da concorrência, flexibilidade da gestão, fortalecimento do capital em relação ao trabalho, crescimento da taxa de actividade feminina, perda de influência do movimento sindical e emergência de novos movimentos sociais, individualização das relações de trabalho, multiplicação das formas de prestação de trabalho, mutações na estrutura ocupacional, desagregação da coesão social, exclusão e desigualdades sociais e enfraquecimento do Estado Social.

Nos anos 1990 o termo *risk society* tornou-se como que língua franca dentro de várias disciplinas. Na sociologia o termo foi cunhado sobretudo por Beck e Giddens.

Como refere Giddens, a ideia de risco andou sempre associada à modernidade, mas, na época actual, assume uma importância nova e peculiar. O risco era considerado como um meio de regular o futuro, de o normalizar e de o colocar sob o nosso domínio. No entanto, as coisas não se passaram assim. As tentativas que fazemos para controlar o futuro acabam por se voltar contra nós, forçando-nos a procurar novas formas de viver com a incerteza. (Giddens, 2000).

No passado, as ameaças eram principalmente de natureza exógena, devidas a acidentes, epidemias e a acidentes naturais. Mais recentemente, a par deste tipo de ameaças, surgem *riscos* que são produzidos endogenamente, relacionados, por exemplo, com o poder nuclear, com os acidentes químicos, com as ameaças à privacidade e aos direitos individuais, ou com o terrorismo à escala transnacional. Os riscos do primeiro tipo podem ser temporariamente contidos, têm impactos locais e são limitáveis estruturalmente. Os riscos mais recentes são manufacturados, produzem ameaças que são expansíveis cronologicamente, possuem um alcance global e requerem uma regulação institucional.

Na esfera produtiva os riscos não se circunscrevem aos acidentes de trabalho e às doenças profissionais. A actual tendência tecnológica na economia globalizada promove todas as formas de flexibilidade pelo que, na ausência de acordos específicos de estabilização de uma ou de várias dimensões do trabalho, o sistema evoluirá para uma flexibilidade multifacetada e generalizada das relações e condições de trabalho, no caso dos trabalhadores qualificados e não qualificados. Esta transformação abalou as instituições, induzindo uma crise na relação entre trabalho e sociedade. Embora assumindo formas distintas em diversos contextos, o processo de transição histórica



para a sociedade de informação e para a economia global tem sido caracterizado, de modo geral, pelo aumento da precariedade das condições de vida e de trabalho.

As concepções até hoje dominantes no âmbito da economia consubstanciam-se na ideia, falaciosa, de que o mercado, quando não sofre as influências perniciosas do Estado, actua como um mecanismo auto-regulador em termos de afectação de recursos que, ao estimular a maximização do interesse privado dos actores, realiza, complementarmente, em condições óptimas, o bem público.

O desemprego, o trabalho precário, os baixos salários, as desigualdades de género são riscos sociais endógenos, associados à sociedade industrial e ao desenvolvimento do capitalismo. Foi justamente para combater este tipo de riscos que foi erigido o Estado-providência, ele também hoje ameaçado por uma crise profunda.

Nas sociedades contemporâneas cultiva-se o efémero. A flexibilidade tem grande impacte no carácter pessoal. Numa sociedade que se concentra no imediato torna-se difícil decidir o que constitui um valor duradouro; numa sociedade que se orienta para o curto prazo torna-se difícil perspectivar e prosseguir fins a longo prazo. A lealdade e a confiança mútua dificilmente podem ser mantidas em instituições que estão constantemente a refazer-se e a ser redesenhadas.

O carácter corroído é, para Sennett, aquele que se torna incapaz de oferecer uma narrativa coerente da vida pessoal e de lhe imprimir uma sólida linha de rumo. O eu moderno torna-se um edifício instável. Uma narrativa de vida apresenta-se como uma colagem, uma montagem do acidental, do efémero, do improvisado. A ênfase é posta na descontinuidade, na fragmentação. (Sennett:2000).

Numa sociedade em que o emprego estável representa uma das principais referências, pode presumir-se que uma situação laboral insegura constitua uma ameaça para o bem-estar pessoal. O trabalho assalariado estável, com direitos reconhecidos, assume um papel central em termos de reconhecimento social e de auto-estima. Quando o trabalho é intermitente, prestado em condições insatisfatórias, o investimento requerido pela constante busca de um trabalho decente, bem como as repetidas adaptações a novos ambientes, decrescem as motivações dos trabalhadores e surgem, eventualmente, situações de alergia em relação ao trabalho.

Os efeitos que o trabalho intermitente e sem direitos provoca são tão devastadores como os do desemprego, devido a uma série de factores que não se restringem às dificuldades financeiras. Quando o emprego não permite o desenvolvimento integral do indivíduo e restringe a sua capacidade de entrar em relação com outros, ele equivale praticamente a "não trabalho".

Não será possível proceder hoje à avaliação sociológica dos riscos sociais sem ter em conta a desregulação do campo económico, bem como a tendência para a mercantili-

zação de áreas da actividade social antes inseridas no campo do serviço público e da acção corrente do Estado.

Os mais carenciados, os que, para sobreviverem, são obrigados a recorrer ao auxílio do Estado-providência, queixam-se, frequentemente, de não serem tratados com respeito. Mas, a falta de respeito que experienciam, como salienta Sennett, ocorre não apenas porque são pobres, velhos, ou doentes. Na sociedade contemporânea escasseiam expressões positivas de respeito e reconhecimento pelos outros. Quando os “clientes” do *welfare* são incentivados a “ganhar” tal significa, usualmente, alcançar a auto-suficiência em termos materiais. Mas o respeito próprio não pode ser “ganho” do mesmo modo como se ganha dinheiro. (Sennett:2004).

Retomamos a ideia inicial do *cisne negro* que, além dos exemplos que N. N. Taleb fornece, You Tube e 11 de Setembro, se poderá aplicar também à recente crise do sistema financeiro ,com dramáticas repercussões na economia mundial. O crepúsculo de Wall Street( símbolo da dominação financeira dos Estados-Unidos) ,acontecimento que alguns assimilam à queda de um outro muro, também foi imprevisível, produziu um grande impacte e, acerca dele, após a sua ocorrência, têm sido ensaiadas diversas explicações.

As cimeiras realizadas entre os países industrializados e os países emergentes assumem um carácter excepcional, não só devido à sua composição, mas também pelas enormes expectativas que ajudam a alimentar. Entre o saudosismo e o entusiasmo delirante de uns, saudando a derrocada iminente do capitalismo e antevendo uma nova e promissora era para o socialismo e o estatismo e a insensibilidade de outros, negando as evidências e procedendo como se não fosse necessário mudar nada, o “sistema” procura um novo equilíbrio, livrando-se dos excessos e ajustando-se aos novos condicionalismos.

A articulação da finança e dos serviços com a produção material, até agora completamente desligadas; o dever de preservar o planeta, que obriga a modificar formas de produção e estilos de vida; a consideração de uma nova geopolítica dos capitais e de relações de força internacionais, provocaram reacções de alarme, mas o sistema, em si mesmo, parece não ter sido posto em causa.

A crise patenteia, de forma iniludível, a realidade da globalização: agora, mesmo os mais cépticos, não poderão negar a sua existência. A crise provocou um grande abalo em todos os continentes, países e regiões. Nas novas democracias emergentes na Europa Central e do Leste, por exemplo, ocorreram manifestações públicas de protesto em algumas das suas capitais, que provocaram mesmo a queda de governos. A democracia, a economia de mercado e o projecto europeu foram submetidos a um duro teste. Se a esperança e a confiança não forem restauradas poderá abrir-se a caixa de Pandora, libertando os fantasmas nacionalistas e xenófobos do passado.

### 3. Mobilidade positiva e participação na sociedade informacional

Os efeitos da crise são múltiplos e manifestam-se de várias formas e em diversas áreas da vida social. Na área do emprego, principalmente, tais efeitos têm sido devastadores, provocando, em toda a parte, encerramentos de empresas, o alastramento do desemprego e da precariedade e lançando na pobreza novas camadas sociais

Em Portugal, por exemplo, a taxa de desemprego atinge, neste momento, níveis já alarmantes (cerca de 9%). O recurso ao regime de *lay-off* foi bastante intensificado, nos últimos meses, tendo passado, de Janeiro a finais de Abril, de 25 para 76 casos. Nos primeiros quatro meses do ano, mais de dez mil trabalhadores foram colocados nessa situação, o que equivale a um número vinte vezes superior ao de igual período do ano passado.

Em Espanha, neste momento, a percentagem dos trabalhadores contratados a prazo é de 25%. Em Portugal, no último trimestre de 2008, a percentagem de trabalhadores com vínculos precários ultrapassava 20%. No espaço de dez anos a percentagem passou de 13% para 20,1% da população empregada. (Público, 01/05/2009). A situação de precariedade tende a agravar-se, porque os trabalhadores temporários raramente se transformam em estáveis e, também, porque, dificilmente, é efectuado o investimento em capital humano necessário para promover o aumento da produtividade e da realização pessoal. Chega-se, assim, a um círculo vicioso: não há formação porque o trabalho é precário e o trabalho não passa a estável porque não tem especialização.

Em várias partes do globo, e muito particularmente na Europa, é visível, também, um défice do político, patente, em primeiro lugar, na degradação das relações entre representantes e representados. Manifesta-se, assim, nitidamente, uma crise de representação. A crise não é, portanto, apenas económica e social, mas incide também na política e na cultura.

Em diversos países, incluindo Portugal, vários inquéritos revelam que diminuíram bastante a consideração e a estima devidas à classe política. A hostilidade e o desprezo face aos actores políticos variam com os meios sociais e culturais, mas a todos dizem respeito. Existe uma enorme distância entre o Parlamento, os espaços de representação, o poder político e a sociedade.

A existência do défice do político deve-se, em grande parte, ao facto de que os próprios sistemas políticos se tornaram inadaptados e obsoletos. Os efectivos dos partidos reduzem-se, são cada vez menos forças populares mobilizadoras, o que ameaça o funcionamento das instâncias democráticas. As campanhas eleitorais fazem-se através dos *media* e, mais recentemente, pela Internet, com prejuízo do contacto directo entre os candidatos e os cidadãos. A comunicação política tende a sobrepor-se ao conteúdo da mensagem.

A mediatização da política significa que, o que antes constituía um debate entre as pessoas, vem a público através dos media, a começar pela televisão, que simplifica, personaliza e dramatiza, acentuando o aspecto espectacular dos acontecimentos e das declarações públicas.

As novas tecnologias da informação exercem influência sobre a acção colectiva, mas podem não conduzir necessariamente ao défice do político. Elas abrem também novas oportunidades de *participação* aos cidadãos, actualmente mais instruídos do que no passado. As novas tecnologias podem facilitar a expansão dos arranjos institucionais, a expressão simultânea das identidades e a construção de comunidades virtuais. Com elas, os antigos mecanismos de representação política e o clássico papel dos intelectuais neste domínio não funcionam já como antes, conduzindo a uma participação muito mais directa.

Os mecanismos clássicos de representação e os actores que garantem o seu funcionamento enfraquecem com a evolução contemporânea, devido aos *media* e às tecnologias digitais, e parecem incapazes de ouvir e de compreender as exigências populares.

Simultaneamente, os novos desafios da globalização, a religião, a cultura, a memória, ultrapassam os campos facilmente representáveis, alimentam o debate público, exercem pressão sobre o sistema político, enquanto novas formas de mediatização deformam e transformam a comunicação política e a própria democracia.

Nem todas as culpas podem ser imputadas aos *media* no que diz respeito à crise dos sistemas políticos representativos. Existem tensões no relacionamento entre os membros da classe política e os jornalistas. A conflitualidade entre os dois campos pode ser maior ou menor, mas ela observa-se permanentemente. A ambivalência que, por vezes, caracteriza essas relações decorre, antes de mais, do papel de contrapoder que os *media* reivindicam.

Os *media* de segunda geração podem assumir um papel fundamental no relançamento do interesse pela política e na revitalização dos sistemas democráticos. Alguns analistas mais optimistas consideram mesmo que a utilização das NTIC confere aos indivíduos o poder de contribuírem para estabelecer agendas, determinar prioridades e participar nas decisões políticas e na sua implementação. As NTIC podem ajudar a desenvolver a *videocracia* ou a *democracia do público*. A Internet, designadamente, pode ser considerada um novo meio de participação política, na medida em que possibilita novas formas de expressão da opinião pública e proporciona um feed-back instantâneo sobre os acontecimentos.

A crise de representação pode ser considerada um prolongamento da crise da sociedade, ligada a processos de desestruturação dos laços sociais, da precariedade e

da exclusão. O déficit do político resulta, em grande parte, do déficit do social, é a consequência ou a repercussão da falta de direitos sociais e das injustiças a que estão sujeitas as camadas populares.

O modelo clássico que procurava conciliar a igualdade e a liberdade, a questão colocada por Tocqueville, entrou em ruptura vencido principalmente pela demografia. E este modelo, que conjugava a segurança social com a responsabilização colectiva com os encargos com a saúde, tem tanto maior dificuldade em implantar-se quanto é certo que as populações envelhecem acarretando despesas vez maiores, ligadas, por exemplo, à pesquisa de ponta em biotecnologia. Os sistemas de Estado-providência que tentavam cumprir as suas promessas sociais-democratas ou outras fórmulas semelhantes não podem suportar tais aumentos de encargos. Simultaneamente, os actores sociais que sustentavam esses modelos, como por exemplo os sindicatos, perderam peso justamente na altura em que o Estado-providência era instado a suportar os encargos, não só dos trabalhadores, mas também das mulheres, dos imigrantes e das minorias.

A imagem do declínio do político está associada, antes de mais, à decomposição do modelo clássico e do seu quadro de Estado-nação.

No novo tipo de economia, de sociedade e de cultura, as novas tecnologias assumem um papel decisivo. O modo de inserção na nova era da globalização depende, fundamentalmente, da posse e da boa utilização de recursos essenciais como o saber e o conhecimento. Relativamente a estes aspectos Portugal revela, como é sabido, fragilidades preocupantes. A este propósito lembro que Portugal tem uma das mais elevadas, ou mesmo a mais elevada, taxa de abandono escolar precoce e de insucesso escolar da União Europeia e que, paralelamente, inquéritos recentes revelam que cerca de 50% dos portugueses dizem que não pretendem aprender mais ao longo da vida. Existe, também, uma escassez notória de emprego científico nas carreiras de docência e de investigação, situação que se traduz na instabilidade e na precariedade dos recursos humanos qualificados e que conduz à emergência de um novo tipo de proletariado, formado por intelectuais.

Estas e outras fragilidades reflectem-se na estrutura sócio-ocupacional. Em Portugal as elites são pequenas, pouco instruídas, pouco confiantes e muito distantes da massa da população. Com estas características não é expectável que elas possam liderar um processo de mudança.

A mobilidade é uma característica fundamental das sociedades contemporâneas, que são sociedades de risco. O risco é inerente à mobilidade, ou seja, não há mobilidade sem risco. O risco refere-se a perigos calculados em função de possibilidades futuras; o risco só tem uso corrente numa sociedade orientada para o futuro. O risco

é a dinâmica estimuladora de uma sociedade empenhada na mudança e decidida a determinar o seu próprio futuro.

Na sociedade da informação e do conhecimento a mobilidade positiva implica a assunção responsável de riscos, o que só pode ser conseguido quando se atinge a cidadania plena e a autonomia que possibilita a gestão e o controlo da própria vida. Existe, por conseguinte, uma diferença apreciável entre a mobilidade almejada, entendida como um marco a atingir em termos de sucesso e a mobilidade sofrida, ou consentida, experienciada como fatalidade ou destino.

A mobilidade positiva, associada à construção de uma cidadania activa, postula um aumento substancial do saber e da qualificação, bem como a participação acrescida na vida profissional e na vida política, quer ao nível individual, quer ao nível colectivo. A formação ao longo da vida assume, particularmente na actual situação do mercado de trabalho, um papel fundamental como recurso propiciador de uma empregabilidade mais qualificante e duradoura. A mobilidade positiva pode, pois, ser considerada como um desiderato, um ideal que só poderá ser perseguido numa sociedade onde a equidade e a igualdade de oportunidades estejam efectivamente garantidas.

A globalização não é homogénea nem harmoniosa. A visão idílica de uma globalização sem perdedores e em que todos sejam igualmente beneficiados é constantemente negada pelos graves problemas económicos e laborais existentes ao nível mundial.

As posições na sociedade em rede e na economia globalizada não são fixas, nem definitivas, nem para os indivíduos nem para as sociedades: elas podem ser transformadas ao longo do tempo, através de processos de revalorização ou de desvalorização. Sendo assim, nada pode ser considerado definitivo e, mesmo para um país pequeno e periférico como Portugal - assim como para os seus nacionais - existem possibilidades de aceder a posições mais vantajosas na rede global.

A metáfora do cisne negro alude à imprevisibilidade e à incerteza que rodeia a vida humana. Vivemos numa época caracterizada pelo fim das certezas. O indivíduo, o sujeito, está muito mais entregue a si próprio na sociedade actual do que nas sociedades precedentes. A sua vida, a sua trajectória pessoal não está definida de antemão. Vivemos tempos difíceis, incertos, repletos de riscos, onde se abrem diversas vias e se perspectivam futuros múltiplos.

## Conclusão

A crise da ideologia do trabalho está relacionada com o declínio da sociedade industrial e com a transição para a sociedade pós-industrial. Nas sociedades contemporâneas as relações de produção já não funcionam como o núcleo central em torno do qual se organiza a vida social. Os indivíduos têm de construir a unidade da sua experiência

num tipo de sociedade que já não se apresenta como um sistema unificado e onde já não existe um conflito social central.

As nossas sociedades são “sociedades de risco”. Aos antigos riscos, “exteriores”, vieram juntar-se riscos internos, “manufacturados”, resultantes, designadamente, das consequências negativas do desenvolvimento científico e tecnológico. Nas sociedades contemporâneas os riscos na área do trabalho e do emprego são acompanhados pela crise das instituições com funções de integração social e política.

A mobilidade tem duas faces: uma face negativa e uma face positiva. A mobilidade positiva postula a posse de recursos que viabilizem a autonomia, a realização pessoal e a cidadania plena.

### Referências bibliográficas

- Arendt, Hannah (2001) *A Condição Humana*. Lisboa: Relógio D' Água.
- Beck, Ulrich (2000) *Modernização Reflexiva*. Oeiras: Celta.
- Beck, Ulrich (1992) *Risk Society: Towards a New Modernity*. Londres: Sage
- Dubet, F. e D. Martucelli (1998) *Dans Quelle Société Vivons-nous?*. Paris: Seuil.
- Giddens, A. (2000) *O Mundo na Era da Globalização*. Lisboa: Presença.
- Giddens, A. (1992) *As Consequências da Modernidade*. Oeiras: Celta.
- Gonçalves, Maria Eduarda (2007) *Os Portugueses e os Novos Riscos*. Lisboa: ICS.
- Hirschman, A. (1997) *O Pensamento Conservador. Perversidade, Futilidade e Risco*. Algés: Difel.
- Pinto, J. Madureira e Virgílio P. Borges (Org), (2008) *Desigualdades, Desregulação e Riscos nas Sociedades Contemporâneas*. Porto: Afrontamento.
- Schmidt, Luísa (2003) *Ambiente no Ecrã. Emissões e Demissões no Serviço Público Televisivo*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Sennett, Richard (2004) *Respect. The Formation of Character in an Age of Inequality*. Londres: Penguin Books.
- Sennett, Richard (2001) *A Corrosão do Carácter. As Consequências Pessoais do Trabalho no Novo Capitalismo*. Lisboa: Terramar.
- Taleb, Nicholas, N. (2008) *O Cisne Negro. O Impacto do Altamente Improvável*. Lisboa: Dom Quixote.
- Touraine, Alain (2005) *Um Novo Paradigma. Para Compreender o Mundo de Hoje*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Wieviorka, Michel (Org.), (2007), *A Nova Primavera do Político*, Lisboa, Guerra e Paz.